



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
SEMAD/ASSOC - SE.COPAM - Assessoria de Órgãos Colegiados COPAM/MG

CÂMARA DE ATIVIDADES MINERÁRIAS

ATA DA 127ª REUNIÃO, REALIZADA EM 29 DE AGOSTO DE 2025

Em 29 de agosto de 2025, reuniu-se ordinariamente a Câmara de Atividades Minerárias (CMI) do Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM), por meio de videoconferência realizada pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD). Participaram os seguintes conselheiros titulares e suplentes: o presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão, representante da SEMAD; Representantes do poder público: Marina Guimarães Silva Bitencourt, da Secretaria de Estado de Governo (Segov); Maria Eugênia Monteiro de Castro e Silva, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede); Anamaria Burle Orlandine Andrade, da Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social (Sedese); Paulo Eugênio de Oliveira, da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (Codemig); Verônica Maria Ramos do Nascimento França, da Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa); Cícero Antônio Miranda Barbosa, da Agência Nacional de Mineração (ANM); Representantes da sociedade civil: Nathalia Luiza Fonseca Martins, do Centro Industrial e Empresarial de Minas Gerais (Ciemg); Francisco de Assis Lafetá Couto, do Sindicato das Indústrias Extrativas de Minas Gerais (Sindextra); Fernando Benício de Oliveira Paula, da Associação Ambiental e Cultural Zeladoria do Planeta; Heleno Maia Santos Marques do Nascimento, do Instituto Heleno Maia da Biodiversidade (IHMBio); José Antônio de Sousa Neto, da Escola Superior Dom Helder Câmara; João Augusto Hilário, da Associação dos Engenheiros de Minas do Estado de Minas Gerais (Assemg). **Assuntos em pauta. 1) ABERTURA.** Verificado o quórum regimental, o presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão declarou aberta a 127ª reunião da Câmara de Atividades Minerárias. **2) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO.** Executado o Hino Nacional Brasileiro. **3) COMUNICADO DOS CONSELHEIROS.** Conselheiro Fernando Benício de Oliveira Paula/Zeladoria do Planeta: “Só mesmo para agradecer todas aquelas empresas que estão nos convocando para reuniões e visitas técnicas, possibilitando assim que nós possamos não só ter a documentação muito robusta da equipe técnica do Sisema, mas também podermos, enquanto sociedade civil, estar indo conferir in loco as atividades, para assim termos mais tranquilidade na nossa votação.” Conselheiro Cícero Antônio Miranda Barbosa/ANM: “A Agência Nacional de Mineração teve mudança no regimento interno, que passou a vigorar dia 12 de agosto deste corrente ano. Essa mudança vem para aprimorar toda a estrutura administrativa da agência de forma a dar mais robustez na divisão administrativa e de mão de obra, trazer um alinhamento organizacional da agência com as práticas do mercado, por exemplo, criando uma superintendência voltada para a gestão de pilhas. Já tinha de barragens. Então essa atividade, essas obras, estruturas têm um organograma próprio na agência. Espero que todos leiam esse regimento interno para entender, e aos poucos vão perceber que vai dar mais dinamismo. É um organograma típico da indústria, mais parecido com o mercado. E já aproveitando o gancho, presidente Yuri, colocar aqui que a apresentação sobre esse tema, regulação de barragens e pilhas, está pronta. Tive boas conversações com o diretor Baliani e estou à disposição sua, presidente, e à disposição do Conselho também e da Secretária de Meio Ambiente, para ajustá-la ainda mais às necessidades do nosso público alvo, que são inicialmente os próprios conselheiros que pediram a apresentação sobre esse tema, haja vista que é recorrente aqui nas reuniões. Inclusive hoje, ele está aqui de certa forma envolvido, representado. Então estou à disposição. Vocês têm meu contato pessoal, WhatsApp, caso queiram que seja dado mais enfoque em um aspecto da apresentação que foi enviada para vocês, para o diretor Baliani. Então é só comunicar comigo. Inclusive também, se for para acrescentar algum outro item. Então essa é a minha colocação, que tenhamos uma reunião profícua, produtiva e possamos tratar esses grandes empreendimentos de importância para Minas Gerais e para os municípios mineiros com responsabilidade e efetividade.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Obrigado, Cícero, pela disponibilidade. Vamos ver se conseguimos agendar para a próxima reunião. Vou tratar esse assunto com o Arthur e com o Baliani, e nós damos retorno ao senhor.” Conselheiro João Augusto Hilário/Assemg: “Aproveitando a manifestação do Cícero, este é um assunto que temos estado insistindo já há algum tempo, que vem se tornando cada vez mais importante, mais discutido e tratado, inclusive aqui nos nossos trabalhos. Essa apresentação, Cícero, será muito importante, porque é a ANM que tem e está, de uma certa forma, reunindo todo o conhecimento, principalmente a parte referente à legislação, que estava dispersa, na questão de pilhas. Aparecia por partes em alguns lugares e se faz cada vez mais necessário organizar tudo, provavelmente numa resolução ANM sobre o assunto. Já deve até ter, mas posso estar desatualizado e não ter tido conhecimento. Nessa apresentação nós veríamos em que estágio estão hoje as normas específicas para o caso. E como já dissemos esse assunto vem se tornando cada vez mais abordado em todas as nossas reuniões e discussões que temos tido por aí. Infelizmente eu perdi a visita na Anglo, onde esse assunto foi mais uma vez muito bem tratado, porque é uma das maiores minas do Estado de Minas Gerais, e gera uma quantidade grande de estéril e rejeito. E nessa linha, Cícero, um ponto que eu solicitaria que fosse abordado, com o posicionamento e o grande entendimento da ANM, é que as pilhas para empilhamento do rejeito, dos resíduos de maneira geral, como que elas estão evoluindo em relação às barragens de rejeito. Porque há até um desejo, uma compreensão, às vezes, de que essas pilhas eliminariam as barragens, e eu acredito que não é bem assim. Então seria uma oportunidade também, com certeza, de esse especialista que vai nos dar essa brilhante palestra – por antecipação, tenho certeza que será – abordar essa passagem de barragens para pilhas de rejeito ou uma evolução em paralelo dessas duas grandes estruturas, que permitirão que a mineração continue, uma indústria importante, grande, apoiando todas as outras indústrias e contribuindo para a economia e riqueza do Estado. De uma forma, que é o que nós estamos fazendo aqui, senhor presidente, zelando para que esta parte da atividade continue sendo sustentável e sem sustos para o futuro.” Conselheiro Fernando Benício de Oliveira Paula/Zeladoria do Planeta: “Eu só queria complementar, senhores conselheiros, que esse tema também foi muito abordado, e nesses dois últimos dias eu estive presente em Carajás, em um grande evento internacional de debate da mineração em áreas protegidas, um debate muito enriquecedor, com a presença da Unesco e vários órgãos ambientais e as principais ONGs do Estado também presentes. Querendo ressaltar que o trabalho tem sido uma busca constante da sustentabilidade nesse setor. E cada vez mais nós vemos a necessidade de realmente estarmos atentos à questão das pilhas. É claro, de uma maneira técnica, de uma maneira muito assertiva. E eu tenho certeza que nós estamos todos aqui e também as empresas buscando o aprimoramento desse processo.” Conselheiro Cícero Antônio Miranda Barbosa/ANM: “Respondendo ao colega João, que colocou uma observação importante e levantou a questão de que há uma percepção errada de que as pilhas, seja empilhamento drenado ou convencional, vão substituir as barragens, e elas não vão existir mais. Não é bem por aí. Esse assunto já está abordado na apresentação. Eu tomei nota aqui, João, para te dar um enfoque e trazer alguns dados adicionais. Esse é o item pilar nº 6 da apresentação, que vem falar do futuro da geotecnia e disposição de rejeitos. Essa conciliação, essa decisão sobre barragem, empilhamento drenado e outras tecnologias está sendo abordada na nossa apresentação. Então vou anotar com cuidado de fortalecer esse aspecto da nossa apresentação. E também a questão do regimento interno, que trouxe agora as pilhas para serem geridas e reguladas nos mesmos moldes do que aconteceu com as barragens. Então falaremos dessa situação e dos desafios futuros.” Conselheiro João Augusto Hilário/Assemg: “Outro ponto extremamente importante que eu gostaria de ver abordado por vocês seria a questão de custos. Só vocês têm esses dados das empresas e podem divulgar, inclusive, pois o nosso acesso às vezes é apenas como especialista, de utilização restrita com base em contratos de confidencialidade. Então nós não podemos divulgar. Mas um aspecto extremamente importante, Cícero, e isso vale para tudo que se trata de indústria, de economia, é a parte de custos. A nossa competitividade, principalmente agora que os nossos produtos, parte deles estão sendo taxados e perdendo competitividade no mercado externo. Então um ponto seria quanto custa – pelo menos uma ideia – esse empilhamento do rejeito em relação à disposição em barragens. Pelo menos uma geral sobre essa questão que é extremamente importante para a decisão das empresas e também, além da segurança, para a evolução e desenvolvimento da indústria mineral. Se puder abordar também, seria muito bem-vinda a palavra da ANM” Conselheiro Cícero Antônio Miranda Barbosa/ANM: “Eu tomei nota. Se tiver algum outro conselheiro que tenha mais algum pedido, vamos avaliar, tentar colocar dentro do escopo. Já adianto que

essas questões de custos demandaria um trabalho de muitas horas de dedicação para fazer um banco de dados organizado. Nós temos esses dados, mas estão, de certa forma, espalhados nos planos de aproveitamento econômico, não estão num sistema organizado. Seria possível, imediatamente, apresentar índices de custos para se ter uma ideia, uma ordem de grandeza, de comparação de custos de pilhas de rejeito drenado com barragens. É possível, mas talvez seria esse aspecto para a posteriori, se fôssemos evoluir essa apresentação para um workshop, e aí demandaria mais semanas, mais horas de trabalho para organizar isso.”

Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Eu até sugiro, conselheiros, os senhores têm o contato do Cícero, todos os senhores têm o endereço eletrônico de cada conselheiro. As observações, eu vi até que alguns conselheiros já colocaram no chat o que gostariam de ter na apresentação, mas os senhores também poderiam encaminhar ao Cícero sugestões de itens na apresentação. E aí ele avalia e traz na sua apresentação como item retratado ou como a impossibilidade de trazer naquele momento, como matéria a ser tratada posteriormente.”

4) COMUNICADO DA SECRETARIA EXECUTIVA. Vânia Mara de Souza Sarmiento/SEMAD: “O governo de Minas, por meio da Secretaria de Meio Ambiente, abriu a consulta pública dos Decretos do COPAM e do CERH. A nossa secretária Marília traz um vídeo sobre esse tema.” *** *[Exibição de vídeo institucional]* Emanuelly Alves Aguiar/SEMAD: “Deixei no chat o acesso ao site da SEMAD, às consultas públicas. Então convidamos a todos, não só os conselheiros, mas quem está nos assistindo e ouvindo também, a participar. Qualquer dúvida, a secretaria executiva está à disposição de todos. E sigam nas redes sociais para ficar por dentro de todas as divulgações que vamos fazer até o fim da consulta.”

5) EXAME DA ATA DA 126ª REUNIÃO. Aprovada por unanimidade a ata da 126ª reunião da Câmara de Atividades Minerárias, realizada em 25 de julho de 2025. Votos favoráveis: Assemg, Sede, Sedese, Codemig, Copasa, Ciemg, Sindiextra, Zeladoria do Planeta, IHMBio, ANM e Dom Helder. Ausência: Segov.

6) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE LICENÇA PRÉVIA CONCOMITANTE COM A LICENÇA DE INSTALAÇÃO E A LICENÇA DE OPERAÇÃO - “AMPLIAÇÃO”.

6.1) Mineração Thomazini Ltda. Lavra a céu aberto. Rochas ornamentais e de revestimento; Pilha de rejeito/estéril de rochas ornamentais e de revestimento, pegmatitos, gemas e minerais não metálicos; Estrada para transporte de minério/estéril externa aos limites de empreendimentos minerários; Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação. Botumirim/MG. PA/SLA/Nº 1004/2023. ANM: 832.234/2006. SEI/Nº 2090.01.0010804/2023-39. Classe 4 (Conforme Lei nº 21.972/2016, art. 14, inc. III, alínea b). Apresentação: URA NM. Retirado de pauta em 27/6/2025. Licença concedida por unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Assemg, Sede, Sedese, Codemig, Copasa, Segov, Ciemg, Sindiextra, Zeladoria do Planeta, IHMBio, ANM e Dom Helder.

7) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA - “AMPLIAÇÃO”.

7.1) Vale S/A. Disposição temporária na cava Galinheiro e reaproveitamento de bens minerais metálicos na Mina do Pico, Complexo Vargem Grande. Disposição de estéril ou de rejeito inerte e não inerte da mineração (classe II-A e IIB, segundo a NBR 10.004) em cava de mina, em caráter temporário ou definitivo, sem necessidade de construção de barramento para contenção; Reaproveitamento de bens minerais metálicos dispostos em pilha de estéril ou rejeito e Lavra a céu aberto. Minerais não metálicos, exceto rochas ornamentais e de revestimento. ANMs: 654/1938, 4854/1958 e 4810/1958. Itabirito/MG. PA/SLA/Nº 9777/2025. Classe 4 (Conforme Lei nº 21.972/2016, art. 14, inc. III, alínea b). Apresentação: URA CM. Licença concedida por unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Assemg, Sede, Sedese, Codemig, Copasa, Segov, Ciemg, Sindiextra, Zeladoria do Planeta, IHMBio, ANM e Dom Helder.

8) PROCESSOS ADMINISTRATIVOS PARA EXAME DE LICENÇA PRÉVIA CONCOMITANTE COM A LICENÇA DE INSTALAÇÃO E A LICENÇA DE OPERAÇÃO - “AMPLIAÇÃO”.

8.1) Atlas Lítico Brasil Ltda. Pilha de rejeito/estéril de rochas ornamentais e de revestimento, pegmatitos, gemas e minerais não metálicos; Estrada para transporte de minério/estéril externa aos limites de empreendimentos minerários; Lavra a céu aberto. Minerais metálicos, exceto minério de ferro. Araçuaí/MG. PA/SLA/Nº 4709/2024. ANM: 833356/2007. Classe 4 (Conforme Lei nº 21.972/2016, art. 14, inc. III, alínea b). Apresentação: Diretoria de Gestão Regional (DGR). Processo retirado de pauta pela Presidência em virtude de decisão judicial.

8.2) Viver Minas Mineração Ltda. Lavra a Céu Aberto-Minerais não metálicos, exceto rochas ornamentais e de revestimento; Pilha de rejeito/estéril de rochas ornamentais e de revestimento, pegmatitos, gemas e minerais não metálicos; Unidade de Tratamento de Minerais (UTM), com tratamento a seco; Formulação de adubos e fertilizantes. Campo Belo/MG. PA/SLA/Nº 1818/2024. ANMs: 830.882/1992, 832.338/2006 e 833.354/2004. Classe 4 (Conforme Lei nº 21.972/2016, art. 14, inc. III, alínea b). Apresentação: URA SM. Processo retirado de pauta com pedido de vista da Zeladoria do Planeta. Justificativa. Conselheiro Fernando Benício de Oliveira Paula/Zeladoria do Planeta: “Pedido de vista, senhor presidente, para conhecer melhor o processo.”

9) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO CORRETIVA CONCOMITANTE COM A LICENÇA DE OPERAÇÃO - “AMPLIAÇÃO”.

9.1) Mineração Maroto Diamantina Ltda. Lavra a céu aberto. Rochas ornamentais e de revestimento; Pilhas de rejeito/estéril de rochas ornamentais e de revestimento. Diamantina/MG. PA/SLA/Nº 1286/2024. Classe 4 (Conforme Lei nº 21.972/2016, art. 14, inc. III, alínea b). Apresentação: URA JEQ. Processo retirado de pauta com pedido de vista da Zeladoria do Planeta. Justificativa. Conselheiro Fernando Benício de Oliveira Paula/Zeladoria do Planeta: “Pedido de vista para conhecer as questões hídricas do processo.”

10) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE ADENDO À LICENÇA DE OPERAÇÃO.

10.1) Anglo American Minério de Ferro Brasil S/A. Implantação e operação de planta de filtragem de rejeitos, atividade não listada. Conceição do Mato Dentro, Alvorada de Minas e Dom Joaquim/MG. PA/Nº 00472/2007/016/2019. SEI/Nº 1370.01.0016943/2021-67. Classe 6. Apresentação: URA JEQ. Processo retirado de pauta com pedido de vista do IHMBio e vista conjunta solicitada por Ciemg, Sindiextra e Zeladoria do Planeta. Justificativas. Conselheiro Heleno Maia Santos Marques do Nascimento/IHMBio: “Eu quero conhecer mais de perto esse processo. Na verdade, era para ter ido visitar esse processo bem antes da reunião, mas acabou que a loucura aqui do que eu represento no Comitê também me tirou essa possibilidade. Mas por se tratar de uma licença corretiva eu gostaria de conhecer melhor. Por esse motivo.” Conselheira Nathalia Luiza Fonseca Martins/Ciemg: “Ciemg também quer vista conjunta para analisar melhor o processo.” Conselheiro Francisco de Assis Lafetá Couto/Sindiextra: “Eu também gostaria de acompanhar vistas em função de verificar com mais detalhes condicionantes ambientais.” Conselheiro Fernando Benício de Oliveira Paula/Zeladoria do Planeta: “Apesar de já ter feito a visita técnica e entrado em contato antecipado com o conselheiro Heleno para passar as nossas impressões, eu vou acompanhar o pedido de vista do conselheiro para assim também poder refazer o meu relato de vista a tempo, conforme Regimento Interno.”

11) ASSUNTOS GERAIS. Atlas Lítico Brasil Ltda. / Item 8.1, retirado de pauta por decisão judicial. Conselheiro João Augusto Hilário/Assemg: “Eu não sei se ainda é cabível, senhor presidente, mas esse processo dessa empresa creio que é o segundo ou terceiro que passa por aqui. E até agora algum conselheiro já visitou essa área, visitou essa empresa? Se não, por motivos que não vêm ao caso agora – eu posso até explicar, se necessário –, eu gostaria de pedir, senhor presidente, uma visita à área dessa empresa e pedir, inclusive, a intercessão, como eu não tenho os contatos, se vocês poderiam interceder e nos ajudar a fazer esse contato para marcar essa visita, se possível, na semana de 15 de setembro. Eu volto a explicar, sem entrar em muito detalhe, porque é um processo importante, de lítio, dessa região, que não deve ter sido visitado por nós. Eu já estive em praticamente todas as outras empresas e não conheço esse projeto. Então seria uma oportunidade, já que ele foi retirado, de aproveitar para entender melhor o que está sendo feito no projeto.” Conselheiro Fernando Benício de Oliveira Paula/Zeladoria do Planeta: “Nós realizamos sim a visita técnica à empresa, fomos até o local, temos fotos e relato dessa visita técnica antecipada. Caso o nobre conselheiro queira também, nós temos estado mensalmente na região devido à questão do lítio, a Zeladoria do Planeta, como estratégia interna da instituição. Visando assegurar o retorno social para aquela população, nós estamos todos os meses indo a Araçuaí, fazendo contato com a sociedade para ver o que está acontecendo de fato lá e garantir esse processo legítimo. Nós fizemos a visita técnica, infelizmente o processo foi retirado de pauta, legitimamente... Acredito que talvez tenha algum fato novo nessa questão que temos que aguardar. Caso o conselheiro deseje, fica aqui o convite da Zeladoria do Planeta para nos acompanhar. Este mês nós temos visita lá, está prevista no dia 19. No dia 19, nós estaremos em Araçuaí, e fica o convite. As custas podem ser através da própria Zeladoria do Planeta, da sua hospedagem e traslado.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Eu até ia sugerir para a secretaria executiva entrar em contato com o senhor passando os contatos da DGR, que o senhor poderia ter acesso ao processo na íntegra, inclusive aos contatos da empresa.” Conselheiro Fernando Benício de Oliveira Paula/Zeladoria do Planeta: “Com relação à DGR, eu gostaria de ter acesso ao processo na íntegra, porque esse realmente eu desconheço.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Então eu solicito à secretaria executiva que disponibilize o processo, os contatos da DGR tanto para o João quanto para o Fernando, e assim eles possam também ter disponibilizada por meio da DGR a íntegra do processo.” Conselheiro João Augusto Hilário/Assemg: “Só agradecendo, Fernando, eu até ia citar seu nome, porque eu imaginava que você tinha ido lá. Ótimo que você se manifestou. Depois nós vamos conversar fora da reunião, como temos feito, e eu te peço para me enviar esse material para eu dar uma olhada e até discutirmos, como sempre temos feito. E eu vou tentar estar lá no mesmo dia. Se você não se importar, nós poderíamos fazer a visita em conjunto, no dia 19. E peço ao presidente Yuri e o apoio da organização da CMI para que essa visita seja oficializada, senhor presidente, com data a ser marcada; e o roteiro trataremos com a própria empresa, após receber os contatos.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Os senhores como conselheiros do COPAM podem encaminhar.

Caso não tenham o contato da empresa, como conselheiro, os senhores têm todo o direito de fazer a análise tanto do processo físico, como também fazer uma vistoria in loco, como o Fernando faz diretamente. Os senhores mesmos podem encaminhar a solicitação da visita técnica aos contatos da empresa, com cópia para a secretaria executiva ou com cópia até mesmo para mim. Caso tenha algum embaraço nessa questão, nós podemos tratar, mas isso os senhores podem fazer diretamente junto com a empresa, que eu creio que o Fernando provavelmente deve fazer isso, e tem dado êxito em todas as visitas que estão sendo realizadas.” Conselheiro Fernando Benício de Oliveira Paula/Zeladoria do Planeta: “Exatamente. No início da reunião, eu agradei justamente essa receptividade, esse respeito para com o Conselho em estar viabilizando logística, alimentação e hospedagem quando é uma viagem longa. É uma viagem de 10 horas, 11 horas, uma estrada muito perigosa, e nós temos um desgaste muito grande para fazer. Mas é oportuna. E eu queria aproveitar a oportunidade, senhor presidente, demais conselheiros e aqueles que nos escutam pelo YouTube também, e salientar que a região é hoje estratégica, não só no cenário mineiro, mas no cenário nacional e internacional, devido ao lítio e aos minerais raros. E acho uma oportunidade única para evolução daquela população, que é uma população maravilhosa. Nós temos sentido, a Zeladoria do Planeta – e aproveitar a presença do conselheiro Francisco, do Sindixtra –, a ausência de uma atuação mais firme do sindicato que representa a categoria da extração mineral nesse contexto do lítio. Tendo em vista que percebemos, até mesmo pelas recentes pautas. Eu tenho minha posição enquanto sociedade civil, que tem que defender o interesse da sociedade, a evolução da sociedade, o retorno das empresas de mineração à sociedade. Esse é meu dever principal, até mesmo estatutário, e defender também a questão ambiental. E a gente vem sentindo que é um setor estratégico, mas que existem conflitos, muitos conflitos. Eu acho que o Sindixtra, neste momento, eu sinto a falta do setor mais presente na região. É só uma observação, não é uma crítica. É uma crítica construtiva que nós gostaríamos, enquanto sociedade. Se fosse uma indústria, eu estaria direcionando à parte da indústria também, mas mais especificamente à Fiemg. Mas eu acho importante que toda essa questão seja muito bem vista, porque é importante para o povo mineiro, é importante para o Estado, é importante para o mundo. Ambientalmente falando também é muito importante porque garante a transição energética tão sonhada pelo setor ambientalista em todas as gerações passadas também. Eu poderia citar vários nomes de ambientalistas que já se foram, que moldaram a minha pessoa e que todos falavam da possibilidade de uma energia limpa, de tirar a energia fóssil, de manter a matriz limpa. E a exploração mineral específica desses minerais críticos, principalmente do lítio, é a base desse processo. Então é importante que a gente garanta isso e que consigamos ultrapassar certos processos políticos que interferem nessa evolução tão desejada.” Conselheiro João Augusto Hilário/Assemg: “Nós que andamos muito por aí temos muito a acrescentar, mas evitamos por uma questão de respeito ao tempo dos participantes. Mas eu não posso deixar de completar, Fernando, que nós já gastamos alguns milhares de horas com o assunto. Eu estou falando agora de 650 km de distância da sala da CMI, estou no Vale do Mucuri, em Crisólita, a 100 km de distância dessa região do Vale do Lítio, por onde já andamos muito nessas estradas esburacadas e ainda vamos andar. Até porque essa região merece uma atenção especial sob todos os aspectos, inclusive nossa. Principalmente, no meu caso que aqui próximo estou, não posso deixar de me envolver mais, de andar por lá verificando o que está sendo feito, como você faz, Fernando, e pelo menos trazer resumidamente um relato para a nossa opinião aqui. Foi tratado em vários cenários, vários fóruns, inclusive com o Luís Márcio, do Sindixtra. Eu já procurei o Luís Márcio, fui à sala dele para conversar sobre o assunto. E também – aqui está presente a Maria Eugênia – esse assunto foi extremamente tratado no planejamento estratégico do Estado de Minas Gerais, tem um capítulo específico sobre o tema, que deu base, inclusive, para a política da região do Vale do Lítio. Então é muita coisa envolvida. Então, quando nós aqui falamos nesses poucos minutos, é apenas para ressaltar a importância tanto da região, dessas novas minas, dos investimentos que estão sendo feitos, alguma coisa da ordem de R\$ 5 bilhões já realizados, indo para R\$ 10 bilhões, com possibilidade de atingir até R\$ 20 bilhões, se for feita a verticalização. Então são assuntos que, de uma certa forma, podem extrapolar aqui o nosso foco, mas precisam ser de tempos em tempos relatados, devido à sua importância geral para a mineração do Estado e também para as decisões desta nossa Câmara Minerária.” Manifestação de inscrito da sociedade civil. Sandoval de Souza Pinto Filho/sociedade civil: “Eu ouvi, na primeira parte, na fala do Cícero, no início, nas apresentações dos conselheiros... A gente vem acompanhando, bem de perto e com bastante expectativa, essa entrega prometida pela ANM da apresentação sobre pilhas, essa evolução do trabalho sobre pilhas. Eu gostaria de congratular, de parabenizar o Conselho pela evolução que vocês têm feito na maturidade com que estão sendo tratados esses assuntos de pilhas. Nós aqui estamos num município bastante afetado tanto por barragens e agora por pilhas, até em zona urbana. Tem um licenciamento aqui célebre, que foi concedido em maio de 2024, que tem pendências até hoje. Nós já procuramos a Defesa Civil. E é um ponto específico que eu gostaria que o Sr. Cícero, se possível, anotasse, senhor presidente, para inclusão na pauta da apresentação, que é a questão de análise de risco, o cumprimento do que determina a Lei 12.608/2012, que é a Política Nacional de Defesa Civil, ao seu artigo 12B, que prevê que antes do licenciamento, numa etapa anterior ao licenciamento, seja pré-requisito, por lei federal, para o licenciamento de empreendimentos com risco, qual seja pilha, barragem, riscos de toda sorte que devam ser prevenidos por ações de defesa civil, que tenha a apresentação do stack break, essas coisas, as exigências para a pilha. Isso o Cícero deve colocar na apresentação, nós pedimos que isso seja incluso na apresentação. E já um outro assunto, esta semana nós estivemos com a Priscila, da Gerência de Monitoramento da Qualidade do Ar, do Estado, aqui em Congonhas, num seminário de qualidade do ar. E nós continuamos bastante preocupados com a situação de Congonhas, porque não vemos que o monitoramento dialoga de forma efetiva com o licenciamento. Então esse alerta, esse pedido nós fazemos também para os conselheiros para quando se tratar de licenciamentos aqui em Congonhas. Principalmente o Sr. Fernando Benício, que representa a sociedade civil, mas todo mundo. Nós somos cidadãos, independente de representação no Conselho. A situação de Congonhas é grave e continua agravando. E quem está falando isso não é o Sandoval, pessoa física, são os resultados de monitoramento. Desde 2017, a qualidade do ar aqui é monitorada, iniciativa do Ministério Público, e a situação vem agravando. E o que muito, mas muito nos preocupa é que os licenciamentos não estão considerando os impactos sinérgicos, a situação do território como um todo. O território é pequeno, são 304 km², já com a metade tomada em áreas de mina e áreas de siderurgia, e os licenciamentos hoje são feitos ponto a ponto, como se diz, fracionado, fragmentado. E sem um estudo sistêmico desse território, sem considerar que Congonhas já vem sofrendo. O nosso histórico aqui de fotografias começa em 2008, mas vem agravando muito, muito, ao longo dos anos. Esse ano que passou agora, essa virada de 24 para 25 foi mais amena, ventou menos, as chuvas foram mais intercaladas, houve uma chuva mais frequente, por assim dizer. Então a virada de 24 para 25, nós estamos com a chegada das chuvas agora, a poeira não entrou em Congonhas igual nos outros anos, mas por questões meramente climáticas. E o que muito nos preocupa é a extensão dos desmatamentos, os desmatamentos próximos à zona urbana mesmo, desmatamentos grandes acontecendo por acontecer, desmatamentos previstos em licenciamentos já até concedidos. E essa questão de desmatamento a gente se preocupa, porque aqui tem minas em porções do território de altitude na casa de 1.400, 1.600. Então, dependendo das questões climáticas, Congonhas pode muito facilmente voltar a ser muito falada na imprensa e até prejudicar a população, saúde, como tem sido mostrado nos estudos do Projeto Atmosfera de qualidade do ar. Já pulando para outro assunto também, eu não vou tocar em ponto de pauta que foi retirado, esse 8.1, da Atlas, mas nós temos aqui em Congonhas também uma questão de comunidade quilombola, que foi iniciada até a remoção de moradores de suas casas, em Santa Quitéria, inclusive sem licenciamento ambiental, o licenciamento nem tramita no governo do Estado. Tem ação na Justiça, da Federação Quilombola, que é a mesma autora dessa ação que redundou na retirada de pauta do item 8.1, da Atlas, que eu não conheço praticamente nada desse projeto. Mas falando aqui de Congonhas, esse conflito com comunidade tradicional, retirada de comunidade tradicional para execução de projetos que não são nem apresentados. A tal pilha aqui em Santa Quitéria, que é a Maranhão Sul 1, só existe num decreto de desapropriação, do governador Zema, 496, de 12 de julho de 2024. Fora isso, até o dia 31/7, não existia projeto conceitual dessa pilha que fosse de conhecimento público. Agora na Justiça Federal houve uma audiência de conciliação, e apareceu um projeto lá. Nós já tínhamos, inclusive, até feito uma simulação da pilha. Nós mesmos fizemos pelo Instituto Histórico e Geográfico, fizemos uma simulação da pilha baseada em informações prestadas pela empresa numa entrevista da Rede Globo e no posicionamento dos terrenos que estavam sendo priorizados, os imóveis que estavam sendo priorizados para imissão de posse. E agora está isso, tem audiência na Câmara, está uma coisa bastante confusa. Então, quando esse licenciamento chegar para o COPAM, para ser analisado – se é que vai chegar um dia –, até mesmo porque o plano diretor não permite pilha nesse local. Por absurdo que seja, tem um processo administrativo da prefeitura municipal, que é o 11.835, que é taxativo em demonstrar que não é permitido pilha nesse local onde que está se tentando tirar pessoas de casas para construir uma pilha que sequer tem licenciamento ambiental. É uma pilha que figura num decreto de desapropriação. Então nós aguardamos com bastante expectativa essa apresentação da ANM. Eu não sei, se até o senhor presidente puder esclarecer, se vai ser ponto de pauta, se vamos poder nos manifestar nessa reunião em que a ANM fizer a apresentação.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradecemos a presença do Sr. Sandoval. Quando for pautado, será ponto de pauta, e qualquer interessado poderá se inscrever para o referido. Então o senhor poderá se manifestar, sim, vai vir em item destacado, como se fosse um processo. Vai ser item de pauta e, como item de pauta, terá o andamento como se fosse qualquer outro processo, com a

possibilidade de inscrição dos interessados.” Conselheiro Fernando Benício de Oliveira Paula/Zeladoria do Planeta: “Senhor presidente, como foi citado meu nome pelo Sr. Sandoval, primeiro eu queria parabenizá-lo pela proatividade nas questões ambientais, por trazer a este Conselho fatores legítimos da sua visão frente aos problemas ambientais. É lógico que neste Conselho, como conselheiros representantes da sociedade civil, nós temos o dever de analisar, não só escutar a sua colocação, mas também fazer a análise técnica do processo que aqui é pautado. Com relação à sua manifestação, a Zeladoria está sempre aberta a receber. Se quiser, eu deixo meus contatos. Acredito que o senhor já tenha meus contatos, mas se quiser eu deixo aqui no site. É claro que nós também compreendemos que o Sr. Heleno Maia, que também é representante da sociedade civil neste Conselho, vem acompanhando diretamente com o senhor. Em outras pautas, o senhor, inclusive, ficou de mandar documentação para ele. Eu tenho certeza que o Sr. Heleno, diretamente com o senhor, tem até um vínculo maior e pode receber essas comunicações, mas a Zeladoria está aqui aberta também, não só ao senhor, mas a toda a sociedade, porque aqui nós somos seu representante e temos esse dever. E como sempre mais uma vez eu parabenizo.” Conselheiro Cícero Antônio Miranda Barbosa/ANM: “Que as pessoas que estejam interessadas, que não tenham o meu contato, encaminharem para a secretaria, presidente, e a secretaria me repassar.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Sr. Sandoval, o e-mail do Cícero está no site, o senhor pode encaminhar os pontos em que queira um esclarecimento, um detalhamento maior, assim como aqueles que nos ouvem aqui. Pode fazer o encaminhamento para o Cícero, assim como eu falei também, para os conselheiros. Pode fazer também para o meu e-mail ou para o e-mail da Assoc, que encaminhamos para o Cícero.” **12) ENCERRAMENTO.** Não havendo outros assuntos a serem tratados, o presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

Yuri Rafael de Oliveira Trovão

Presidente da Câmara de Atividades Minerárias



Documento assinado eletronicamente por **Yuri Rafael de Oliveira Trovao, Diretor**, em 26/09/2025, às 15:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **123777275** e o código CRC **81958809**.

Referência: Processo nº 1370.01.0027951/2025-47

SEI nº 123777275